

Guilherme Ziebell de Oliveira ***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
guilherme.ziebell@ufrgs.br

Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior

Universidade de Fortaleza, Brasil
luisharoldo@unifor.br

Relaciones Internacionales

vol. 34, núm. 69, 2025

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

ISSN: 1515-3371

ISSN-E: 2314-2766

Periodicidade: Semestral

revista@iri.edu.ar

Recepção: 14 Setembro 2023

Aprovação: 12 Novembro 2025

DOI: <https://doi.org/10.24215/23142766e212>

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/26/265467005/>

Resumo: O presente trabalho busca analisar se a retórica oficial chinesa de maior engajamento nas dinâmicas securitárias da África a partir de meados da década de 2000 é traduzida em termos práticos no âmbito da cooperação militar com o continente africano. Para tanto, são examinados os princípios que sustentam as relações sino-africanas desde a década de 1950, assim como as motivações e as eventuais iniciativas chinesas na dinâmica securitária africana no século XXI. Tem-se como hipótese que há uma maior presença militar chinesa, a qual decorre do reconhecimento de que a manutenção da segurança de seus parceiros atende aos objetivos do país asiático de proteger seus interesses ultramarinos e de assegurar uma maior zona de influência na região.

Palavras-chave: China, África, cooperação, presença militar.

Resumen: El trabajo busca analizar si la retórica oficial china de un mayor compromiso en la dinámica de seguridad africana desde mediados de la década de 2000 se traduce en términos prácticos en el contexto de la cooperación militar con el continente. Para ello, se examinan los principios que sustentan las relaciones sino-africanas desde la década de 1950, así como las motivaciones y posibles iniciativas chinas en la dinámica de seguridad africana en el siglo XXI. Se plantea la hipótesis de que hay una presencia militar china más grande, que resulta del reconocimiento de que mantener la seguridad de sus socios cumple con los objetivos de proteger sus propios intereses en el exterior y asegurar su influencia en la región.

Autor notes

* Professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Doutor em Ciência Política e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

** Professor do curso de Comércio Exterior da Universidade de Fortaleza (UniFor), Brasil. Doutorando e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa CAPES.

Palabras clave: China, África, cooperación, presencia militar.

Abstract: This article aims to analyze whether China's official rhetoric of greater engagement in African security dynamics since the mid-2000s translates into practical terms in the context of military cooperation with the continent. To this end, it examines the principles underpinning Sino-African relations since the 1950s, as well as China's motivations and possible initiatives in African security dynamics in the 21st century. The hypothesis is that there is a larger Chinese military presence, resulting from the recognition that maintaining the security of its partners meets the objectives of protecting its own interests abroad and ensuring its influence in the region.

Keywords: China, Africa, cooperation, military presence.

1. Introdução

O presente artigo discute a presença militar chinesa na África a partir de meados dos anos 2000, analisando as características desse engajamento. As relações entre a China e o continente africano são marcadas por um longo histórico de cooperação, iniciado na década de 1950. Durante o processo de descolonização da África, Pequim forneceu relevante apoio a movimentos de libertação africanos, com o propósito de fortalecer seus laços internacionais e questionar ideologicamente o imperialismo e o colonialismo. De forma correlata, buscou angariar apoio diplomático às suas pretensões de endossar um movimento não-alinhado em relação às duas superpotências da Guerra Fria, especialmente após a Conferência de Bandung. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), esse suporte se manifestou na adoção de posições conjuntas sobre temas que refletissem suas necessidades prementes e na conquista do assento permanente do Conselho de Segurança da ONU pela China em 1971, com expressivo endosso dos países africanos (Visentini e Oliveira, 2012).

Esses fatores ajudaram a estreitar os laços políticos e econômicos da China com o continente africano e a consolidar uma maior inserção chinesa na região, sustentada também pela construção de uma narrativa que ressaltava uma história e objetivos comuns (Yun, 2014). A ascensão de Deng Xiaoping à posição de liderança do país, em 1978, revestiu a política externa chinesa de um caráter mais pragmático, ressaltando a necessidade de fortalecer seus laços externos sem limitações de ordem ideológica. Esse pragmatismo viabilizou o fortalecimento das trocas comerciais com a África, cujos recursos e mercado consumidor foram considerados importantes à manutenção do crescimento econômico chinês (Liu, 2018). Dando continuidade ao processo de maior inserção global da China, o presidente Jiang Zemin visitou a África em 1996, ressaltando os profundos laços que uniam o país e o continente e buscando assegurar o desenvolvimento conjunto, o aumento do comércio e o apoio mútuo nas instâncias internacionais (Yun, 2014). A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, institucionalizou essa cooperação, inaugurando uma rotina de reuniões trienais, nas quais se discutem temas prioritários para ambas as partes (Jacques, 2009).

As relações sino-africanas são baseadas nos princípios norteadores da política externa chinesa, os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. A construção de relações externas com base nessas diretrizes exerceu forte apelo nos países africanos, principalmente em um contexto no qual eles buscavam preservar sua independência recém-conquistada (Menezes, 2013). O princípio da não-ingerência nos

assuntos internos, em particular, possui notável destaque nas relações chinesas com o continente. Com base nesse princípio, a China se absteve historicamente de questionar os regimes políticos existentes nos países africanos, estabelecendo vínculos tanto com aqueles classificados como democracias quanto com governos considerados autoritários pelas potências ocidentais (Yun, 2014). Na perspectiva dos Estados da região, essa abordagem apresentava considerável atração, na medida em que o aprofundamento dos laços econômicos jamais esteve condicionado à mudança nas suas instituições políticas, diferentemente do que, em muitos momentos, prevalecia (e prevalece) na relação com o Ocidente (Jonker e Robinson, 2018). No âmbito securitário, esse princípio refletiu-se, em termos históricos, na inexistência de uma efetiva presença militar chinesa nos países africanos, tendo em vista que o destacamento de um maior número de tropas no continente poderia ser entendido como uma ingerência indevida nos assuntos internos de outros Estados (Chin-Hao e Ismail, 2016).

A partir de meados da década de 2000, contudo, a China demonstrou uma relativa mudança na sua relação com os países africanos, em direção a um incremento da presença militar no continente. Após a considerável expansão de suas empresas na África, no início do século XXI, e o concomitante aumento da presença, especialmente militar, das potências Ocidentais no âmbito da chamada “Guerra ao Terror” (Barton, 2018), a dimensão securitária passou a figurar entre as preocupações prementes das autoridades chinesas (Abegunrin e Manyeruke, 2020). Como consequência, haveria um crescente engajamento militar com determinados países africanos, como o Sudão do Sul, ou em certas regiões, como o Chifre da África (Alden *et al.*, 2018; Abegunrin e Manyeruke, 2020). Este maior envolvimento decorreria, em parte, do reconhecimento de que sua presença econômica tem implicado em uma maior exposição de seus interesses e de seus cidadãos às hostilidades presentes nestes Estados, em virtude da instabilidade política local (Chin-Hao e Ismail, 2016).

Após a visita do presidente chinês, Hu Jintao, à África, em 2006, foi estabelecida uma nova política externa chinesa para este continente, em que os assuntos securitários passaram a ganhar maior visibilidade (Zerba, 2014). Esse maior engajamento militar, entretanto, não conseguiu evitar perdas políticas e econômicas para a China. Em alguns países africanos, os eventos decorrentes da chamada “Primavera Árabe” representaram ameaças concretas nesse sentido, a exemplo da Líbia, cuja desarticulação política acarretou em expressivos prejuízos aos interesses chineses (Zerba, 2014). Como consequência, alguns autores apontam que seria possível verificar um reforço ainda maior da presença militar de Pequim na África ao longo

da década de 2010, que teria se materializado tanto pelo maior número de tropas cedidas às Operações de Paz promovidas pela Organização das Nações Unidas, quanto pela implantação de uma base no Djibuti (Chin-Hao e Ismail, 2016). A China visaria, igualmente, a aumentar sua presença em regiões que até então não estavam incluídas no seu âmbito de atuação, como o Golfo de Guiné, em virtude das ameaças à segurança energética e marítima ocasionadas pela intensa atividade de piratas, assim como pela disputa estratégica motivada pela presença ocidental (González, 2016).

Pequim, dessa forma, se veria impelida a adotar medidas mais assertivas para assegurar a proteção de seus objetivos ultramarinos, sob o risco de incorrer em perdas financeiras e políticas, além de buscar responder à demanda dos países africanos por um maior comprometimento com a estabilidade regional (Barton, 2018). Considerações de ordem estratégica também justificariam essa reorientação da política externa chinesa, que buscaria uma maior presença militar, inclusive naval, no entorno do continente africano, como se verificou com a instalação da base logística no Djibuti e na aproximação com a África do Sul (Vrey, 2017). Não obstante, esta mudança de comportamento apresenta uma possível dissonância com a política de não-interferência nos assuntos internos de seus parceiros, um dos princípios que orientam a política externa chinesa.

A crescente complexidade de suas relações com a África, portanto, enseja uma análise sobre as medidas militares que a China vem adotando no continente africano no século XXI. Neste contexto, o presente artigo pretende responder à seguinte pergunta: a retórica oficial chinesa é traduzida em iniciativas que possam indicar, de fato, um maior engajamento militar do país no continente africano? O objetivo principal do trabalho, portanto, consiste em analisar a relação militar entre a China e a África a partir do início do século XXI. De forma específica, pretende-se examinar: i) o histórico do relacionamento sino-africano desde meados do século XX e seus princípios estruturantes; ii) os instrumentos e os motivos que justificariam um maior engajamento chinês nas dinâmicas securitárias do continente africano no século XXI. Em termos metodológicos, adotou-se uma abordagem qualitativa, apoiada no método hermenêutico e na revisão de literatura. Foram examinadas fontes secundárias, como a literatura especializada, e fontes primárias, a exemplo de declarações e documentos oficiais da China e da União Africana (UA). Ademais, foi feito um levantamento de dados disponibilizados pela ONU sobre a contribuição da China em Operações de Paz no continente africano, além do exame de outras iniciativas de cunho militar entre o país asiático e seus parceiros na África.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção apresenta uma revisão do engajamento chinês com a África, com destaque para a análise dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica que sustentaram essa relação, desde a década de 1950 até o início dos anos 2000. A segunda seção investiga os motivos que conduziram ao compromisso da China de maior engajamento militar e securitário com a África em 2006, assim como os resultados obtidos até o início da década de 2010. A terceira seção aborda as transformações pelas quais passou a política externa chinesa para a África a partir de 2010, discutindo suas características, objetivos e possíveis consequências.

2. As relações sino-africanas em perspectiva histórica

Desde o início do século XXI, as relações entre a China e a África têm se tornado cada vez mais robustas, materializando-se em uma série de iniciativas conjuntas nos âmbitos político, cultural e econômico. No entanto, essa atual etapa do relacionamento sino-africano é apenas a faceta mais recente de um longo processo de construção de laços, cujos fundamentos remontam à segunda metade do século XX (Power, Mohan e Tan-Mullins, 2012). As relações entre a Pequim e o continente africano, no período moderno, remontam ao período posterior à fundação da República Popular da China (RPC), ocorrida em 1949, sob a liderança de Mao Zedong. Nesse momento, o país asiático enfrentava inúmeros desafios internos, decorrentes da longa guerra civil e da dificuldade de consolidar o poder central (Khan, 2018). Ciente da histórica vulnerabilidade externa a que a China esteve sujeita em contextos de fragilidade e fragmentação interna, Mao entendia ser necessário reforçar os laços externos como uma forma de evitar ameaças de outras potências. O processo de estabilização política e social em âmbito interno esteve relacionado, portanto, ao fortalecimento de suas relações internacionais (Khan, 2018). Logo, uma de suas primeiras medidas foi estabelecer iniciativas diplomáticas com outros países, buscadas a princípio em seu imediato entorno geográfico, e posteriormente em regiões mais distantes, como a África (Jacques, 2009).

Nesse contexto, o rompimento dos laços sino-soviéticos, no final da década de 1950, impeliu a China a desenvolver uma diplomacia própria, buscando promover seu modelo de socialismo em outras regiões, em uma disputa ideológica tanto com o capitalismo quanto com o comunismo soviético (Khan, 2018). Essa disputa se refletiu no continente africano por meio do apoio chinês às lutas anticoloniais nas décadas de 1950 e 1960, do fornecimento de equipamento militar e do treinamento dos grupos de libertação (Sutter, 2013). As relações

entre Pequim e os países africanos recém-independentes foram baseadas, desde seu início, nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, elaborados pelo primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai. Esses princípios consistiam no respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, na não-agressão, na não-interferência nos assuntos internos, nos benefícios mútuos e igualdade e na coexistência pacífica. Zhou apresentou-os durante a Conferência de Bandung, de 1955, na qual 29 países africanos e asiáticos uniram-se no intuito de fortalecer seus laços políticos e econômicos e promover a cooperação técnica, além de visar superar o legado colonial (Dent, 2010). Para o primeiro-ministro chinês, Pequim manteria relações de amizade inclusive com regimes que não se identificassem com o comunismo – o que se concretizou, por exemplo, com o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito em 1956 (Power, Mohan e Tan-Mullins, 2012).

Inicialmente, a China orientou suas relações com os países africanos com base sobretudo em razões de ordem política e ideológica. Em termos ideológicos, as autoridades chinesas professavam uma orientação anticolonialista e anti-imperialista, posicionando-se tanto contra os EUA como contra a URSS (Visentini e Oliveira, 2012). Logo, desenvolveu-se progressivamente uma narrativa em que a China e os países africanos partilhavam uma história comum, por terem sido vítimas da dominação estrangeira. Na perspectiva africana, essa dimensão teria um importante caráter simbólico, tendo em vista a distinta motivação que orientaria a inserção chinesa na África em relação às potências ocidentais (Jonker e Robinson, 2018). Os líderes chineses, nesse aspecto, manifestavam contenção acerca da possibilidade de “exportação da revolução”, defendida por correntes mais radicais do Partido Comunista da China (PCCh), no intuito de não violar o princípio de não-interferência. Em vez disso, optou-se por oferecer programas de assistência sem condicionalidades, medida bem-recebida pelos líderes africanos (Menezes, 2013).

No âmbito político, a China possuía distintas motivações. Desde 1949, a RPC segue a política de uma só China, por meio da qual o país asiático se nega a manter relações diplomáticas com outros países que reconhecem diplomaticamente Taiwan, que é considerada, por Pequim, uma parte indissociável da China continental (Alden, 2007). A substituição da representação do governo de Taiwan pelo da RPC no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em 1971, foi possível tanto pela aproximação com os EUA – promovida durante o governo de Richard Nixon – quanto pelo apoio dos países africanos, cujos votos representaram 1/3 do total daqueles favoráveis à alteração (Alden, 2007). Nos anos subsequentes, a China continuou seu empenho em aprofundar os laços com os países africanos, e inúmeras

iniciativas foram empreendidas, a exemplo da construção da Ferrovia Tazara (ou “TanZam”), que conectou a Tanzânia à Zâmbia, em 1975 (Power, Mohan e Tan-Mullins, 2012).

Após a chamada “Revolução Cultural” da China ter provocado uma relativa instabilidade nos laços sino-africanos, o progressivo retorno à estabilidade política interna chinesa propiciou a retomada dos contatos com a África. Com a morte de Mao, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping à liderança do país, em 1978, a natureza das relações com a África passou por uma considerável mudança. Com efeito, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, o ano de 1979 representou o início de uma nova fase no relacionamento sino-africano, com base em novos fundamentos (China, 2000). Essa mudança refletiu, sobretudo, as reformas internas e o processo de abertura empreendidos por Deng, visando a garantir o desenvolvimento econômico do país por meio de sua reinserção na ordem econômica e política internacional, o que foi tornado possível pela adoção de um maior pragmatismo, gerando, assim, um reforço da necessidade de estabelecer vínculos com outros países (Menezes, 2013).

O período de transição da política chinesa, contudo, coincidiu com a chamada “década perdida” para o continente africano (Power, Mohan e Tan-Mullins, 2012). Conforme Clapham (1996), os últimos anos da Guerra Fria indicavam uma redução da importância estratégica da África. Em virtude dos elevados déficits externos, muitas nações tiveram de recorrer aos empréstimos concedidos pelas Instituições Financeiras Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A disponibilização destes recursos, todavia, foi condicionada à adoção dos chamados Programas de Ajustes Estruturais, os quais objetivavam promover uma reformulação dos fundamentos macroeconômicos dos países recipiendários. De forma correlata e no âmbito dessas condicionalidades, houve uma maior pressão das potências ocidentais para que regimes multipartidários fossem estabelecidos no continente, o que foi considerado pelos líderes africanos como uma interferência interna (Clapham, 1996). O colapso da URSS, por fim, reduziu ainda mais o espaço de manobra de que gozavam os líderes continentais, o qual já se via estreitado, uma vez que a superpotência soviética enfrentava dificuldades econômicas desde ao menos o início da década de 1980 (Chazan *et al.*, 1999).

A despeito desse “período de ajustes” na relação sino-africana e das dificuldades internas enfrentadas por cada país (Anshan, 2008; Dent, 2010), novas iniciativas diplomáticas chinesas buscaram renovar o relacionamento com a África. As reformas realizadas por Deng se refletiram externamente por meio da construção de laços com foco no desenvolvimento mútuo, mantendo a política de não-interferência.

Essas relações acentuaram as complementaridades econômicas, em que a China necessitava dos recursos africanos, particularmente as fontes energéticas, enquanto os países africanos desfrutariam do mercado chinês aos seus bens, além de receber investimentos destinados ao aperfeiçoamento de sua infraestrutura e do setor primário (Abegunrin e Manyeruke, 2020). Em tal sentido, uma visita de alto nível ocorreu entre 1982 e 1983, empreendida pelo então Primeiro-Ministro chinês, Zhao Ziyang, sendo a primeira viagem dessa importância desde o périplo africano de Zhou Enlai, entre 1963 e 1964. A missão lançou novos princípios de cooperação técnica, substituindo a abordagem assistencialista que havia caracterizado o período anterior, além de fornecer novos empréstimos e cancelar algumas dívidas (Menezes, 2013). A importância do continente africano para Pequim se manifestou, também, em termos políticos, como evidenciaram os eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial, em 1989. A África, nesse contexto, demonstrou sua relevância política ao oferecer suporte à China em um momento no qual o país asiático passava por um isolamento internacional e sofria sanções do Ocidente (Visentini e Oliveira, 2012).

A partir de meados da década de 1990, a China se tornou uma importadora líquida de petróleo, vendo-se obrigada a procurar novos fornecedores, fator que passou a moldar cada vez mais os laços com a África. Como consequência, uma série de acordos foram firmados com países africanos, como Angola, Argélia e Sudão, que passaram a representar uma parcela considerável das importações chinesas do produto (Jacques, 2009). Nesse contexto, Pequim buscou intensificar sua agenda diplomática para o continente, especialmente por meio de visitas anuais. Em 1998, a China adotou uma política de internacionalização de suas empresas (*Going Out* ou *Going Global*, em inglês), com o objetivo de integrar-se cada vez mais às cadeias globais de valor e de buscar maior rentabilidade aos seus investimentos. Por meio da disponibilização de crédito para projetos estratégicos de investimento no exterior, o governo Chinês visava a assegurar a expansão da inserção das empresas do país pelo mundo. Os projetos apoiados dividiam-se em quatro áreas principais: a acesso a recursos estratégicos; promoção de exportação; pesquisa e desenvolvimento, e, projetos de fusões e aquisições. Em linhas gerais, o objetivo central da política era promover a projeção internacional chinesa, contribuindo para, simultaneamente, avançar os objetivos de política externa e securitários de Pequim (Mumuni e Murphy, 2018). Diante deste contexto, empresas chinesas perceberam nos países africanos grandes oportunidades de investimento, resultando no incremento dos fluxos comerciais, na consolidação dos laços bilaterais e na celebração de muitos contratos com governos do continente, em detrimento das empresas ocidentais (Dent, 2010). Além disso, a crescente demanda

de Pequim por recursos energéticos e outras matérias-primas, resultante da posição chinesa de centro da produção global, contribuiu para consolidar a África como um espaço de fundamental relevância tanto para a projeção internacional quanto para a segurança energética chinesa (Alden et al., 2008, Alden & Alves, 2009).

A criação do FOCAC, em 2000, representou o resultado desse histórico de construção de laços e a institucionalização do relacionamento sino-africano. O Fórum reúne todos os países africanos e a China para discutir as modalidades de cooperação, lançando Planos de Ação que estabelecem as diretrizes de atuação conjunta. A partir do seu estabelecimento, houve um aprofundamento das relações já existentes e a abertura de novas dimensões de cooperação. No discurso de lançamento, o então presidente chinês, Jiang Zemin, criticou as assimetrias econômicas existentes no contexto internacional e destacou a necessidade de reforçar a cooperação entre países em desenvolvimento (Dent, 2010). Esse conjunto de iniciativas despertou críticas oriundas dos países ocidentais sobre a presença chinesa na África, sintetizadas na ideia de uma “ameaça chinesa” à ordem global (Brautigam, 2009). Buscando combater essa percepção, Hu Jintao, que assumiu a presidência da China em 2004, formulou, naquele mesmo ano, as noções de “desenvolvimento pacífico” e de “sociedade harmoniosa” (Menezes, 2013). De acordo com Hu, em um contexto de globalização e de fortalecimento das instâncias multilaterais, o desenvolvimento chinês deveria ser visto de forma positiva e não como uma ameaça às estruturas internacionais existentes. Com efeito, o Livro Branco sobre desenvolvimento pacífico da China foi publicado em 2005, destacando suas relações internacionais com base na igualdade, benefício mútuo e reciprocidade, e resgatando os remotos laços históricos com a África (China.org.cn, 2005).

Na perspectiva dos países africanos, após o período de marginalização com o fim da Guerra Fria, Pequim oferecia novas possibilidades de formulação de suas políticas externas, principalmente em um contexto de renovada relevância estratégica do continente na virada do milênio, em virtude da descoberta de recursos naturais energéticos (Menezes, 2013). Além disso, pesaram as limitações das relações econômicas com os países ocidentais nas décadas anteriores (Chazan *et al*, 1999). Em um contexto no qual a ordem global se tornou mais plural, com uma maior participação de países emergentes, a formulação de uma política externa mais próxima da China foi entendida, pelos países africanos, como potencialmente benéfica, tendo em vista o apelo do sucesso chinês e a tentativa de emulação de um processo semelhante (Jonker e Robinson, 2018). O aprofundamento dos laços com o continente africano também atende

aos objetivos chineses de fortalecer sua posição nas instâncias multilaterais, dada a importância do suporte desses países, especialmente no âmbito da ONU (Menezes, 2013).

3. O engajamento militar chinês na África a partir dos anos 2000

Após décadas de fortalecimento dos laços políticos e econômicos, a esfera militar passou a adquirir renovada proeminência no âmbito da cooperação sino-africana no início do século XXI. Um dos marcos deste maior engajamento ocorreu em 2006, por ocasião da 3ª reunião FOCAC, em que Pequim reconheceu os esforços conjuntos na resolução de conflitos regionais e indicou a intensificação de sua participação nas iniciativas africanas (China, 2006c). Nos termos da declaração final do encontro, o país se comprometeu a aumentar sua cooperação no campo securitário e fortalecer a capacidade dos Estados africanos em participar de operações de paz, fornecendo suporte financeiro, material e logístico, além de prover treinamento ao Conselho de Paz e Segurança da UA (China, 2006b). A forma pela qual a China abordaria sua relação com a África no âmbito securitário foi tornada pública com a adoção do livro branco *China's African Policy*, em 2006, dando prosseguimento ao aprofundamento da cooperação nesta matéria (China, 2006a).

Uma das principais motivações que levariam à maior presença militar chinesa na África consistiria na inserção chinesa nas dinâmicas políticas, sociais e securitárias do continente, decorrente da complexificação dos laços entre as partes (Hodzi, 2019). Como consequência do lançamento, no início do século, da *política Going Global*, muitas empresas e cidadãos chineses passaram a estabelecer residência e a exercer suas atividades em regiões propícias a tais investimentos. Para Hodzi (2019), grande parte desses países apresentava um cenário doméstico politicamente instável, o que representava uma potencial ameaça tanto à segurança dos cidadãos, quanto aos investimentos da China nesses países, cujos eventuais prejuízos constituíam um fator de pressão para a adoção, pelo governo, de medidas de proteção (Menezes, 2013; Barton, 2018).

De forma correlata, o governo chinês tem atribuído ao continente africano uma relevante posição estratégica no âmbito de seus objetivos nacionais, especialmente no que diz respeito à sua política energética. A necessidade de manter o crescimento econômico nacional, amplamente dependente de fontes energéticas fósseis, tem contribuído para que desde meados da década de 1990 se reforçasse a necessidade de garantir o fornecimento seguro e regular de petróleo (Cole, 2016). A África, nesse contexto, passou a ter considerável relevância para a China, o que se refletiu no aprofundamento dos

laços políticos, diplomáticos e econômicos, notadamente com aqueles países exportadores de petróleo, como Sudão e Angola, que se tornou o principal fornecedor da China em 2006 (Alden, 2007). Essa crescente interdependência implicou em uma ampliação da noção de segurança nacional chinesa, em virtude tanto da relevância estratégica do petróleo, quanto da necessidade de coordenar as atividades econômicas do governo e de entidades privadas com os objetivos estratégicos e militares da China na África (Chin-Hao e Ismail, 2016). A manutenção da estabilidade regional, portanto, passou a ser um dos principais focos de atuação da China, razão pela qual, segundo alguns autores, suas forças armadas seriam cada vez mais designadas a realizar operações ultramarinas, aumentando sua presença militar em países africanos em que dispõe de interesses estratégicos (Cole, 2016).

Na perspectiva dos países africanos, a presença da China contribuiria para alcançar os esforços regionais de promoção do desenvolvimento e garantir a estabilidade continental (Jonker e Robinson, 2018). A criação da UA, em 2002, representou uma tentativa regional de resolver os desafios continentais de forma autônoma, buscando reduzir a dependência externa no âmbito do chamado “Renascimento Africano”. Não obstante, a carência de recursos tem se mostrado um fator limitante da capacidade da UA de adotar medidas necessárias à realização plena de seus objetivos securitários. Nesse contexto, a dependência financeira em relação a atores extrarregionais, como a União Europeia, tornou-se manifesta, acarretando dificuldades ao estabelecimento de uma agenda regional própria, principalmente em função das condicionalidades impostas pelos países e instituições financeiras ocidentais para o fornecimento de recursos (Escosteguy, 2011; Cardoso e Oliveira, 2018). A atuação da China, porém, está assentada em bases distintas, tendo em vista que a disposição em financiar os esforços africanos é acompanhada de sua política de não-ingerência em assuntos internos, sem imposição de condicionalidades (Alden e Zheng, 2018).

Para Benabdallah (2016) e Carrozza (2019), a cooperação chinesa se diferencia das abordagens ocidentais em virtude de seu foco não se centrar apenas em questões militares, mas também em matérias relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, no âmbito de sua política da “paz por meio do desenvolvimento”. Com efeito, uma característica importante da abordagem chinesa consiste na sua multidimensionalidade, sintetizada nonexo segurança-desenvolvimento, que está na base das relações sino-africanas (China, 2006a). Nesse contexto, Benabdallah (2016) destaca o foco chinês em uma concepção não-tradicional de segurança, no âmbito da qual a construção de capacidades adquire uma posição de destaque, exemplificada pela prestação de treinamento militar e no

investimento em infraestrutura, tal como ocorreu com a construção do quartel-general da UA, em Addis Abeba.

Grande parte dessa cooperação ocorreria por meio da participação chinesa nas operações de paz conduzidas pela ONU. Atualmente, entre os membros permanentes do CSNU, a China é o país que mais contribui com tropas, ocupando a 10^a posição entre todos os membros da ONU (DPKO, 2023). Além disso, responde por 15,21% do orçamento destinado às operações de paz, cuja contribuição vem aumentando nos últimos anos, posicionando-se atrás apenas dos EUA, responsáveis por 27,8% do total (DPKO, 2021). Em 2019, a China já havia contribuído com um contingente de mais de 39.000 homens e mulheres em 24 operações de paz da ONU, além de ter estabelecido uma Força de Pronto Emprego, em 2018, composta por um contingente de 8.000 soldados que estarão à disposição das Nações Unidas, e de criar centros de treinamento para suas tropas e as de outros países (China, 2019). Para Zürcher (2019), tal engajamento se justifica pela política chinesa de fortalecimento do multilateralismo.

Das seis operações de paz atualmente conduzidas pela ONU no continente africano, a China participa de cinco: a Missão no Sudão do Sul (UNMISS), a Missão no Mali (MINUSMA), a Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), a missão na República Democrática do Congo (MONUSCO), e a Missão no Saara Ocidental (MINURSO) (DPKO, 2023). Essa participação, contudo, passou a ocorrer apenas a partir da década de 1990, em virtude de uma mudança de posicionamento chinês acerca dessas operações, além da própria mudança geopolítica internacional, representada pelo fim da Guerra Fria e pela renovada importância conferida às missões de paz (Yin, 2019). Conforme Yin He (2019), no decorrer da década de 1970, a China se situava voluntariamente à margem das estruturas políticas e econômicas globais, evitando uma maior integração com os demais membros da sociedade internacional. Mesmo após o ingresso como membro permanente do CSNU, ocorrido em 1971, Pequim continuou a mostrar-se reticente quanto à plena integração em um ambiente político e normativo dominado pelas potências ocidentais (Yin, 2019). Como consequência, o país asiático se opôs sistematicamente a participar das operações de paz, ao considerar que essas iniciativas feriam os princípios de soberania nacional e de não-ingerência nos assuntos internos que regem sua política externa (Chin-Hao e Ismail, 2016).

No entanto, a partir da ascensão de Deng Xiaoping à liderança do país, as relações externas da China passaram a estar cada vez mais caracterizadas pelo pragmatismo, associado ao destaque conferido à dimensão econômica, cujo progresso criou as condições materiais para a sustentação de seu engajamento externo (Zürcher, 2019). Ainda, a

reaproximação com potências ocidentais, principalmente os EUA, proporcionou maior segurança ao seu entorno regional e internacional, permitindo ao país asiático destinar maiores esforços à sua atuação internacional (Yin, 2019). Como forma de não antagonizar sua ascensão pelas potências Ocidentais, a China buscou construir a imagem de um país pacífico e integrado às iniciativas internacionais, que contribuiria para a promoção da paz global (Suzuki, 2011; Menezes, 2013). Nesse contexto, as lideranças chinesas decidiram apoiar o estabelecimento das operações de paz da ONU, em cujo engajamento poder-se-ia obter ganhos políticos e diplomáticos, especialmente após o isolamento internacional decorrente dos eventos em Tiananmen, em 1989 (Yin, 2019).

Como reflexo da sua política de reforçar o nexos segurança-desenvolvimento, a China passou a privilegiar o caráter não-militar de sua participação, cuja contribuição consistia majoritariamente no envio de membros não-combatentes (Chin-Hao e Ismail, 2016). O governo central ainda atribuiu ao Exército de Libertação Popular tarefas relacionadas ao desenvolvimento de capacidades de países afetados por conflitos e em processo de reconstrução, por meio do fornecimento de treinamento às forças locais, apoio logístico, ajuda humanitária e reconstrução de infraestrutura, com foco na noção de “paz pelo desenvolvimento” (Abegurin e Manyeruke, 2020). Na primeira década do século XXI, a China empreendeu um gradativo reforço em seu engajamento nas operações de paz da ONU na África. Para Suzuki (2011), isso seria o reflexo de uma nova identidade chinesa, que passou a se ver como uma potência emergente preocupada com sua imagem internacional. Como forma de evitar os temores internacionais sobre a alegada ameaça chinesa, o então presidente do país, Hu Jintao, buscou apresentar a China como um ator responsável e cada vez mais comprometido com a provisão de bens securitários globais (Yin, 2019).

Além dessas motivações simbólicas, houve também considerações de ordem material, tendo em vista a necessidade de proteger seus interesses concretos na África por meio do engajamento militar, o que seria viabilizado com uma maior estabilidade regional. Essa mudança se manifestou por meio do aumento de sua participação nas operações de paz (Alden e Zheng, 2018). Segundo Jacques (2009), em 2006 a China já era o 14º maior contribuinte de tropas da ONU, após ocupar a 46ª posição apenas quatro anos antes, superando a participação de outros membros do CSNU (Zürcher, 2019).

Após os eventos da Primavera Árabe, a China se viu exposta aos prejuízos econômicos decorrentes de conflitos civis, além de perceber sua limitação em oferecer uma proteção devida e rápida aos seus nacionais que residem em outros países (Alden e Zheng, 2018). Essa percepção se tornou mais evidente no caso da Líbia, em 2011, em que

o colapso da autoridade central representou consideráveis ameaças aos cidadãos chineses localizados no país, além de causar perdas econômicas aos investimentos do governo e de empresas privadas chinesas (Zerba, 2014).

4. Política externa chinesa: transformações a partir da década de 2010

Após a experiência negativa na Líbia, a cooperação militar sino-africana recebeu considerável impulso com a adoção da iniciativa Parceria Cooperativa China-África para a Paz e Segurança, em 2012, em que o país asiático anunciou a integração da temática securitária no âmbito do FOCAC. Em 2013, respondendo à solicitação da ONU, Pequim disponibilizou um batalhão de infantaria ao Mali, além de fornecer equipamentos e outros recursos à operação de paz na Somália, o que manifestaria, portanto, seu maior comprometimento em matérias securitárias (Zürcher, 2019). Como evidência desse fortalecimento dos laços securitários, em 2018 foi criado o Fórum de Defesa e Segurança China-África, conferindo um papel destacado a essa dimensão da cooperação. A realização do fórum contou com a presença de mais de 50 países africanos e da UA, além de altos oficiais de ambas as partes, no intuito de atender as demandas africanas em matéria securitária e reforçar a cooperação sino-africana em defesa (Abegurin e Manyeruke, 2020). Não obstante, no cerne desse maior engajamento militar, destaca-se a tensão entre a preservação de seus interesses econômicos e estratégicos e sua política de não-interferência nos assuntos internos de seus parceiros (Hodzi, 2019). Em virtude desse dilema, as autoridades chinesas buscam atuar com cautela no que concerne à cooperação na dimensão militar, a fim de não ter suas ações interpretadas pelos líderes africanos como uma possível violação da soberania nacional.

Grande parte dos especialistas nas relações militares entre o país asiático e o continente africano ressalta a maior contribuição em termos de tropas e de recursos que a China ofereceu aos esforços da ONU, o que representaria, efetivamente, a concretização dos compromissos assumidos nos últimos anos. Nesse contexto, Chris Alden e Zheng Yixiao (2018) ressaltam que essa atuação seria um indicativo de como a China vem buscando se tornar um ator mais responsável na arena internacional, colocando-se como um país capaz de oferecer bens públicos globais no âmbito securitário. Hodzi (2019), por sua vez, vai além, ao afirmar que a crescente participação chinesa nessas operações indicaria uma paulatina superação do princípio de não-interferência nos assuntos internos que tradicionalmente rege sua política externa.

No entanto, uma análise mais detida da participação chinesa nas operações de paz da ONU revela que o número de tropas enviadas pelo país não foi tão expressivo quanto algumas interpretações sugerem. Embora seja verdade que a China aumentou sua participação relativa, principalmente no que diz respeito ao envio de tropas, esse crescimento, em termos absolutos, foi relativamente tímido. Além disso, mesmo quando houve uma maior participação chinesa em termos do envio de tropas, esse aumento representou mais uma resposta às demandas da ONU do que aos imperativos de ordem interna do país asiático. Com efeito, segundo Zürcher (2019), o número de tropas enviadas pela China a cada missão de paz é proporcional ao total de profissionais engajados pela ONU.

O gráfico a seguir, elaborado com base nos dados disponibilizados pelas Nações Unidas sobre as operações de paz desde 1990, ilustra essas questões. Como se percebe, o número de tropas enviadas às operações de paz da ONU se acentuou apenas a partir de 2003. Em 2004, Hu Jintao explicitou um novo compromisso do país em se engajar de forma mais direta com os esforços globais em âmbito securitário, particularmente por meio das operações de paz (Gill e Chin-Hao, 2009). No entanto, a despeito dessa promessa, os anos subsequentes não indicam um aumento expressivo em termos absolutos. Esse volume passou de aproximadamente 750 soldados no início de 2004 para um pouco mais de 1500 a partir de 2008, quando havia mais de dez missões em andamento. Além disso, entre 2008 e 2013, houve uma relativa estabilidade e mesmo uma queda, no início de 2013. Mesmo após 2006, quando a China lançou sua política africana e indicou o fortalecimento da cooperação militar (China, 2006), o aumento verificado foi pouco relevante.

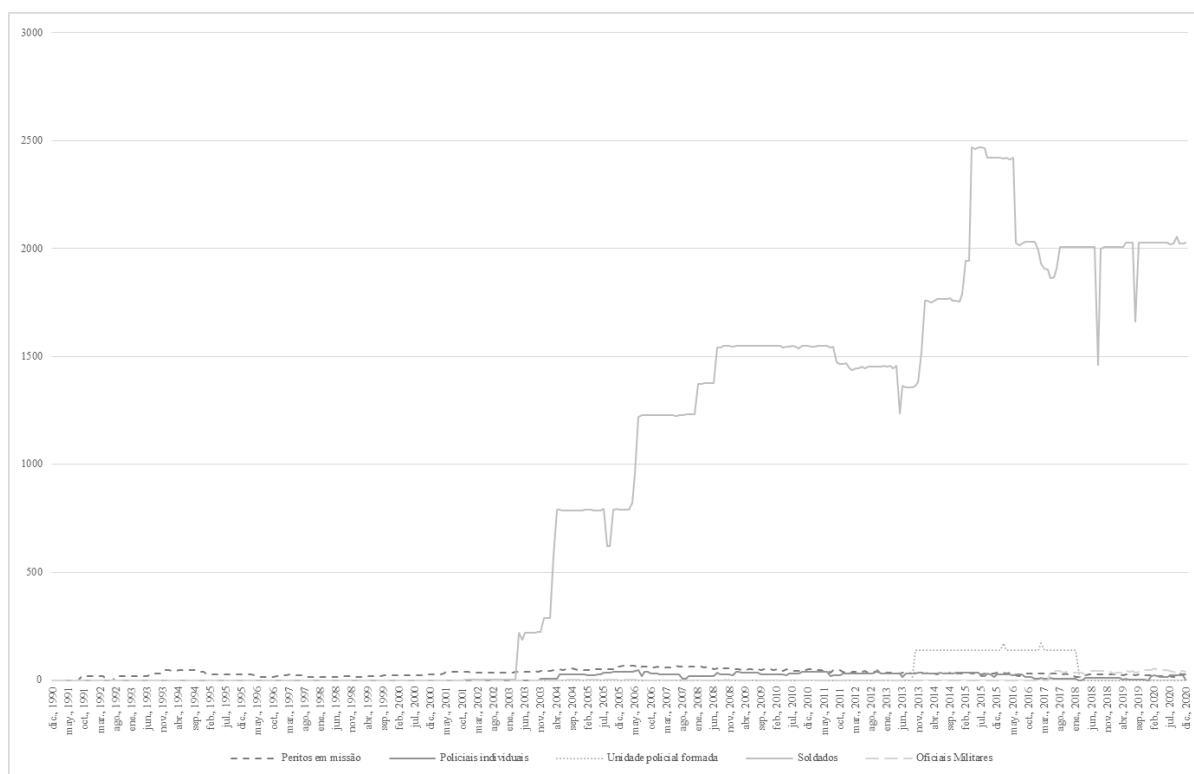


Gráfico 1
Participação chinesa em missões da ONU (1990-2020), em número de pessoas

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados de DPKO (2023)

Diante desses dados, portanto, cabe indagar quais são as outras formas de cooperação militar sino-africanas e se essas modalidades indicam, efetivamente, a concretização da promessa chinesa de fortalecer a dimensão securitária no âmbito do relacionamento com a África. Nesse sentido, o documento chinês *China's African Policy*, de 2006, fornece um parâmetro para analisar como a China delinea sua política para o continente africano na área de paz e segurança (China, 2006). No âmbito desse texto, Pequim destaca quatro áreas principais nessa dimensão: i) cooperação militar; ii) resolução de conflitos e operações de paz; iii) cooperação policial e judicial; iv) áreas securitárias não-tradicionais.

No que diz respeito à cooperação militar, a China entende que essa modalidade consiste em promover o intercâmbio militar de alto nível entre as duas partes, inclusive na dimensão tecnológica (China, 2006). Além disso, o país asiático se comprometeu a treinar as forças armadas africanas e apoiar setores relacionados à defesa e aos exércitos locais, para que eles possam garantir sua própria segurança. Essa dimensão também está presente nos sucessivos Planos de Ação do FOCAC, que costumam dedicar uma seção para reiterar a continuidade dessa prática. O FOCAC realizado em 2012 prometeu inclusive lançar uma

iniciativa conjunta na dimensão de paz e segurança, no intuito de elevar o nível das conversações (China, 2012). Por outro lado, no âmbito das áreas securitárias não-tradicionais, a China ressalta a necessidade de cooperação para combater o terrorismo, o contrabando de armas leves, o tráfico de drogas, os crimes econômicos internacionais e outras ameaças securitárias (China, 2006).

Nessas modalidades de cooperação, ocorreram exemplos importantes nos últimos anos. Em 2014, China e Tanzânia realizaram o primeiro exercício militar conjunto entre suas forças armadas, ocorrido na base naval de Dar es Salaam, capital do país africano, cujo objetivo era fortalecer a capacidade de combate entre as duas partes, principalmente em operações antipirataria e de contraterrorismo, resultando no reforço de seus laços (China, 2014). Para o país asiático, a Tanzânia é um importante parceiro estratégico na região do Chifre da África, tendo em vista sua relevância geográfica e seu comprometimento com o combate à pirataria no Golfo de Áden e no Oceano Índico (Alden e Zheng, 2018). Outro exemplo de cooperação, dessa vez na seara policial, ocorreu em 2018, quando a China ofereceu treinamento às forças policiais do Quênia, com o objetivo de reforçar a segurança das ferrovias locais (Jin e Lagat, 2018).

Em 2019, após a 7ª Reunião do FOCAC, ocorrida em 2018, a China convidou oficiais de países africanos e da União Africana para uma visita às suas instalações de defesa. Na perspectiva dos países africanos, foi uma oportunidade para aperfeiçoar sua cultura militar, principalmente por meio do treinamento e do reforço de suas instituições securitárias (Marshall, 2019). Além disso, efetivando o compromisso assumido no Plano de Ação (2019-2021), as partes estabeleceram o Fórum China-África de Paz e Segurança, cujo objetivo consiste em criar um espaço de discussão voltado à cooperação nessa dimensão. Durante a realização da primeira edição do Fórum, ocorrida em Pequim, oficiais de países africanos visitaram instalações militares chinesas, a exemplo de uma academia de combate ao terrorismo. Com isso, as autoridades africanas e chinesas destacaram o aprofundamento dos laços militares e da confiança mútua, antevendo novas possibilidades de cooperação e mecanismos a serem efetivados (Benabdallah, 2020).

Para Chris Alden e Zheng Yixiao (2018), entre os principais países africanos com os quais a China vem fortalecendo seus laços militares nos últimos anos, destacam-se Sudão, Angola, Tanzânia e Zimbábue. No entanto, a despeito da importância desses países, grande parte dessas experiências bilaterais manifestam muito mais uma continuidade no âmbito de seu relacionamento. No caso da Tanzânia, a aproximação bilateral data da década de 1960, quando a China passou a fornecer auxílio militar (além de político e econômico) ao

país. Como reconhecem os autores, nas décadas seguintes esse relacionamento foi sendo construído de forma sólida e constante, adquirindo um elevado grau de maturidade. No que se refere ao treinamento militar, a atual cooperação possui consideráveis precedentes, que datam das guerras de independência na África. Reconhecendo essa herança, o *China's African Policy* fala mais em termos de continuidade do que em medidas inovadoras no que se refere à prestação de treinamento às forças armadas dos países africanos (China, 2006). O que se desprende dessa análise, portanto, é um perfil mais baixo e menos substancial de cooperação militar, principalmente ao confrontá-la com a elevada importância dedicada à dimensão securitária nas reuniões do FOCAC. Dessa forma, embora os sucessivos Planos de Ação desse fórum tenham ressaltado, por exemplo, a prestação de treinamento militar e a realização de exercícios conjuntos, são escassas as contribuições efetivas que possam sustentar a implementação desse compromisso chinês. Um dos possíveis motivos para essa atuação menos substancial e concreta da China em atividades militares na África seria a própria concepção chinesa sobre em que consiste a cooperação securitária.

Nesse sentido, Lina Benabdallah (2016) sustenta que, além da dimensão tradicional da cooperação militar, que se refletiria na presença de tropas e em missões militares conjuntas, a noção de segurança para a China possui conexão com a ideia de desenvolvimento, entendendo que o fortalecimento das dimensões socioeconômicas seriam um importante instrumento para a estabilidade regional (China, 2006). Tendo isso em vista, a autora entende que os laços securitários entre a China e a África não se restringem ao envio de tropas para exercer funções tipicamente militares, mas englobam também a chamada “construção de capacidades”. Entre as diversas manifestações dessa abordagem, destacam-se, por exemplo, as medidas contraterroristas e antipirataria no continente africano.

Além disso, Benabdallah (2016) possui um entendimento similar ao de Zürcher (2019), segundo o qual a existência de recursos naturais não seria a principal razão para que a China dedicasse mais tropas a um determinado país, o que contraria a visão comum sobre os motivos do engajamento chinês. Na reunião do FOCAC realizada em 2018, Pequim destacou expressamente que o envio de tropas para as operações de paz estaria condicionado às demandas das ONU (China, 2018). Dessa forma, não é possível identificar uma relação entre engajamento militar chinês com seus parceiros africanos e a demanda de Pequim por petróleo. Ainda, no âmbito dos programas de treinamentos em diversos setores da sociedade, Quênia e Etiópia foram dois dos países mais beneficiados, embora não se destaquem como fornecedores de recursos naturais e estratégicos (Benabdallah,

2016). Em conformidade com esse argumento, o envolvimento da China com a dinâmica securitária do continente africano vem se destacando também de forma indireta, por meio da contribuição financeira às instituições e iniciativas da UA (Alden e Zheng, 2018). Na perspectiva chinesa, essa forma de cooperação corresponde à sua política de “construção de capacidades”, que busca fortalecer os mecanismos securitários africanos (China, 2012).

No Plano de Ação da 5ª Reunião do FOCAC, assim como em outros documentos semelhantes, um traço recorrente na linguagem presente nos textos consiste na constante reafirmação da primazia das instituições africanas em estabelecer seus próprios esquemas securitários, os quais a China ajudaria a operacionalizar de forma complementar. Com efeito, no Plano de Ação da 6ª Reunião da FOCAC, de 2015, a China busca auxiliar suas contrapartes africanas, ao mesmo tempo em que manifesta uma posição de cautela ao afirmar seu compromisso com a não-interferência nos assuntos africanos (China, 2015). Ao mesmo tempo, na última década, tem-se verificado uma crescente atuação chinesa em iniciativas de combate à pirataria, particularmente no Golfo de Áden e na costa da Somália. A primeira vez que essa iniciativa foi mencionada no âmbito do FOCAC ocorreu na 4ª Reunião desse fórum, realizada em 2009 (China, 2009). No documento, os países africanos reconhecem a contribuição chinesa prestada nas ações antipirataria, considerando-a importante para a segurança das rotas comerciais marítimas da região. Na Reunião do FOCAC ocorrida em 2015, além de reafirmar o reconhecimento dessa iniciativa, o Golfo da Guiné foi expressamente mencionado pela primeira vez como um novo espaço de atuação das escoltas chinesas, demonstrando a relevância dessa medida para os países africanos e demandando um maior engajamento chinês na área (China, 2015).

A presença da China no Golfo de Áden é frequentemente apresentada como uma evidência da maior presença militar do país asiático no continente africano. As autoridades chinesas justificam esse engajamento como um esforço em contribuir com as iniciativas navais multilaterais de combate à pirataria, sob a iniciativa e liderança da ONU (Alden e Zheng, 2018). Essa força-marítima antipirataria seria um instrumento para garantir a estabilidade local e assegurar a livre comercialização de produtos fornecidos pelos países do Golfo. Para Erickson e Strange (2015), tal iniciativa é um importante mecanismo de *soft-power* chinês, além de ter sido a primeira vez que a China empreendeu missões navais em áreas distantes de seu imediato entorno geográfico. O primeiro envio de navios chineses ocorreu em 2008, cuja missão consistiu em escoltar embarcações mercantes que operavam na região (Erickson e Strange, 2015).

Uma das dificuldades enfrentadas pela China, no entanto, reside na ausência de acordos bilaterais com os países costeiros, o que inviabiliza

paradas estratégicas para reabastecimento de suas frotas. A inauguração, em 2017, da base chinesa no Djibuti, caracterizada por Pequim como uma “instalação de apoio logístico do Exército de Libertação Popular”, respondeu em parte a essa demanda (Dutton, Kardon e Kennedy, 2020; Cabestan, 2022). Com o apoio fornecido por tais instalações, Pequim expande a capacidade de projeção de seu poder naval, além de viabilizar novas operações em zonas mais distantes. Ainda, essa base ajudaria a proteger os investimentos no âmbito da Nova Rota da Seda marítima e fortaleceria o ímpeto chinês em assegurar a estabilidade em uma região estratégica, como visto na disposição da China de mediar as tensões fronteiriças entre o Djibuti e a Eritreia, em 2017 (Shinn e Eisenman, 2023). Além disso, o país asiático também tem buscando expandir suas operações no Atlântico Sul, razão pela qual está se aproximando cada vez mais da África do Sul, cujos contatos resultaram em um exercício naval conjunto, realizado em 2016 (Vrey, 2017).

5. Conclusão

A estruturação a partir dos Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica permitiu que as relações sino-africanas se mostrassem coerentes com valores fundamentais tanto para Pequim quanto para os países da África, especialmente as noções de respeito à soberania e de não-ingerência nos assuntos internos. Diante disso, os laços do país asiático com os países africanos têm demonstrado, ao longo de sua existência, uma grande estabilidade, a qual tem sido fundamental para sua intensificação, sobretudo ao longo das últimas duas décadas.

A análise realizada neste artigo visava à verificar se a retórica oficial chinesa é traduzida em iniciativas que possam indicar, de fato, um maior engajamento militar do país no continente africano. Como visto, o incremento das relações sino-africanas no século XXI tem sido acompanhado, efetivamente, por um maior envolvimento da China no âmbito securitário do continente africano. Em grande medida, contudo, o que se percebe é que o aumento da presença militar chinesa na África é, diferente do que algumas análises sugerem, não uma busca por hegemonia no continente, mas sim consequência do papel que Pequim têm buscado ocupar no mundo, qual seja, de sustentáculo da ordem multilateral – o que seria consubstanciado pelas noções de “desenvolvimento pacífico” e de “sociedade harmoniosa”. Ainda, tal atuação tem se mostrado atenta ao histórico das relações, de forma a garantir que ele não seja desrespeitado. Depreende-se, portanto, que a China situa a África no âmbito de sua estratégia de proteção de seus interesses no “além-mar”. A adoção de uma abordagem que conecta segurança e desenvolvimento torna a dimensão militar apenas uma parte de uma política mais abrangente.

Embora a presença militar não seja substancial, as atividades conduzidas são importantes para facilitar uma aproximação com as elites locais e garantir o apoio africano para seus objetivos geopolíticos globais.

Nesse contexto, o âmbito em que se verifica de forma clara um incremento da presença de militares chineses no continente são as missões da ONU. Essa maior presença, todavia, se mostra coerente não apenas com o volume de tropas participantes nas missões, como também com o papel que Pequim busca ocupar na Organização. Nesse sentido, não se trata de uma atuação unilateral ou mesmo de uma presença militar imposta pela China aos países africanos, mas sim do comprometimento chinês com a estabilidade continental a partir de iniciativas respaldadas pelos próprios atores africanos – em consonância, portanto, com os valores que historicamente nortearam as relações sino-africanas. A articulação das iniciativas de segurança com as ações voltadas ao desenvolvimento regional reforça a particularidade dessa abordagem chinesa, que difere da perspectiva militarizada prevalente nos laços dos atores africanos com os países ocidentais. Essa forma de aproximação da China, portanto, atende às demandas africanas, que desejam uma verdadeira cooperação (e não a simples recepção de ajuda) com os atores extrarregionais, com foco nos interesses regionais prioritários.

Esse padrão de atuação pode ser percebido também nas ações que se dão fora do âmbito da ONU, e que marcam um incremento tanto das iniciativas de treinamento militar promovidas por Pequim – aquelas realizadas nos países africanos e também as realizadas nas academias militares chinesas – quanto das missões de patrulhamento e exercícios navais da China nas costas de países do continente. Tais iniciativas respondem a interesses diretos de Pequim – sejam eles políticos, securitários ou econômicos. A despeito disso, têm como elemento fundante o diálogo e a articulação com os atores africanos, de forma a garantir o respeito aos princípios históricos fundamentais das relações bilaterais. Nesse sentido, se por um lado se pode falar, efetivamente, em um incremento da presença militar chinesa na África, por outro é preciso ressaltar que esse tem se dado não como uma forma de viabilizar a ingerência chinesa nos países do continente africano, mas, sim, de tornar compatível a atuação de Pequim com o espaço que o país busca ocupar nas relações internacionais – sem, todavia, abdicar dos valores históricos das relações sino-africanas.

6. Referências

- Abegunrin, O. y Manyeruke, C. (2020). *China's power in Africa: A new global order*. Palgrave Macmillan
- Alden, C. (2007) *China in Africa*. Zed Books.
- Alden, C., Alao, A., Zhang, C. y Barber, L. (2018). *China and Africa: Building peace and security cooperation in the continent*. Palgrave Macmillan
- Alden, C. y Zheng, Y. (2018). China's changing role in peace and security in Africa. En C. Alden, A. Alao, C. Zhang y L. Barber (Eds.), *China and Africa: Building peace and security cooperation in the continent* (pp. 39-66). Palgrave Macmillan
- Alden, C. y Alves, A. C. (2009). *China and Africa's natural resources: The challenges and implications for development and governance*. South African Institute of International Affairs.
- Alden, C., Large, D. y Soares De Oliveira, R. (2008). *China returns to Africa: A rising power and a continent embrace*. Hurst Publishers Ltd.
- Barton, B. (2018). China's security policy in Africa: A new or false dawn for the evolution of the application of China's non-interference principle? *South African Journal of International Affairs*, 25(3), 413-434. <https://doi.org/10.1080/10220461.2018.1526707>
- Benabdallah, L. (2016). China's peace and security strategies in Africa: Building capacity is building peace? *African Studies Quarterly*, 16(3-4), 17-34.
- Brautigam, D. (2009). *The dragon's gift: The real story of China in Africa*. Oxford University.
- Cabestan, J. (2022). China's military base in Djibouti: A microcosm of China's growing competition with the United States and new bipolarity. En Z. Suisheng (Ed.), *China's big power ambition under Xi Jinping: Narratives and driving forces* (pp.169-186). Routledge.
- Carrozza, I. (2019). China's multilateral diplomacy in Africa: Constructing the security-development nexus. En D. Johanson, L. Jie y W. Tsunghan (Eds.), *New perspectives on China's relations with the world* (pp.142-158). E-International Relations Publishing.
- Chazan, N., Lewis, P., Mortimer, R., Rothchild, D. y Stedman, S.(1999). *Politics and society in contemporary Africa*. Lynne Rienner Publishers.

- Chin-Hao, H. y Ismail, O. (2016). China. En O. Ismail y e E. Sköns (Eds.), *Security activities of external actors in Africa* (pp. 15-37). Oxford University.
- China Ministry of Foreign Affairs. (2000). *A long-term stable China-Africa relationship of all-round cooperation*. https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/wjls/3604_665547/202405/t20240531_11367569.html.
- White paper on peaceful development road published. (22 de diciembre de 2005). *China.org*. <http://www.china.org.cn/english/2005/Dec/152669.htm>
- Clapham, C. (1996). *Africa and the international system: The politics of state survival*. Cambridge University.
- Dent, C. (2011). Africa and China: A new kind of development partnership. En C. Dent (Ed.), *China and Africa Development Relations* (pp. 3-20). Routledge.
- Dutton, P., Kardon, I. y Kennedy, C. (2020). *China Maritime Report N° 6: Djibouti: China's First Overseas Strategic Strongpoint*. U.S. Naval War College.
- Embassy of the People's Republic of China in the Republic of South Africa. (2006). *Declaration of the Beijing Summit Of the Forum On China-Africa Cooperation*. http://za.china-embassy.gov.cn/eng/jbwzlm/zfgxss/zywx/201206/t20120621_7682380.htm
- Erickson, A. y Strange, A. (2015). China's blue soft power: Antipiracy, engagement, and image enhancement. *Naval War College Review*, 68(1), 71-91. <https://www.jstor.org/stable/26397817>
- Escosteguy, P. (2011). *A nova arquitetura de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Forum on China-Africa Cooperation. (16 de noviembre de 2006). *Forum on China-Africa Beijing Action Plan (2007-2009)*. http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/200611/t20061116_7933564.htm
- Forum on China-Africa Cooperation. (12 de noviembre de 2009). *Forum on China-Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012)*. http://www.focac.org.cn/eng/zywx_1/zywj/200911/t20091112_7933571.htm
- Forum on China-Africa Cooperation. (23 de julio de 2012). *The fifth ministerial conference of the Forum on China-Africa Cooperation*

- Beijing Action Plan (2013-2015)*. http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/201207/t20120723_8079762.htm
- Gill, B. y Chin-Hao, H. (2009). China's expanding role in peacekeeping: Prospects and policy implications. *Stockholm International Peace Research Institute*. <https://www.jstor.org/stable/resrep19159>
- González, Y. (2016). El Golfo de Guinea: ¿futuro Golfo Pérsico africano?. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(1), 85-105. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.60240>
- Hodzi, O. (2019). *The end of China's non-intervention policy in Africa*. Palgrave Macmillan.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. (2008). *China's National Defense in 2008*. http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm
- Jacques, M. (2009). *When China rules the world: The rise of the middle kingdom and the end of the western world*. Penguin.
- Jin, Z. y Lagat, C. (26 de mayo de 2018). Kenya's railway police officers look forward to training stint in China. *Xinhua*. http://www.xinhuanet.com/english/2018-05/26/c_137208252.htm.
- Jonker, K. y Robinson, B. (2018). *China's impact on the African renaissance*. Palgrave Macmillan.
- Khan, S. (2018). *Haunted by chaos: China's grand strategy from Mao Zedong to Xi Jinping*. Harvard University.
- Liu, H. (2018). Africa and China: Winding into a Community of Common Destiny. En D. Nagar y C. Mutasa (Eds.), *Africa and the world: Bilateral and multilateral international diplomacy* (pp. 71-94). Palgrave.
- Marshall, B. (29 de abril de 2019). China, African deepen military ties. *CGTN*. <https://news.cgtn.com/news/3d3d674d7a517a4d34457a6333566d54/index.html>.
- Menezes, G. (2013). *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Ministry of Foreign Affairs People's Republic of China. (10 de diciembre de 2015). *The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018)*. https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367313.html
- Ministry of Foreign Affairs People's Republic of China. (5 de Septiembre de 2018). *Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan*

(2019-2021). https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367369.html

- Mumuni, S. y Murphy, S. (2018). China's "Going Global" policy in Africa: An exploratory overview of an evolving policy framework. *Journal of Asian Research*, 2(1) 11-36. <http://dx.doi.org/10.22158/jar.v2n1p11>
- Power, M., Mohan, G. y Tan-Mullins, M. (2012). *China's resource diplomacy in Africa: Powering development?* Palgrave Macmillan.
- Shinn, D. y Einsenman, J. (2023). *China's relations with Africa: A new era of strategic engagement*. Columbia University Press.
- Sutter, R. (2013). *Chinese foreign relations: Power and policy since the Cold War*. Rowman & Littlefield.
- Suzuki, S. (2011). Why does China participate in intrusive peacekeeping? Understanding paternalistic Chinese discourses on development and intervention. *International Peacekeeping*, 18(3), 271-285. <https://doi.org/10.1080/13533312.2011.563079>
- Tanzania: The first joint training exercise between the two-armed forces of Tanzania and China to be conducted. (23 de octubre de 2014). *All Africa*. <https://allafrica.com/stories/201410231123.html>
- United Nations Peacekeeping. (s/f). *How we are funded*. United Nations. <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>
- United Nations Peacekeeping. (30 de abril de 2023). *Country and mission April 2023*. United Nations. <https://peacekeeping.un.org/en/country-and-mission-april-2023>
- Visentini, P. y Oliveira, G. (2012). As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM*, 3(1), 26-40.
- Vrey, F. (2017). A blue BRICS, maritime security, and the South Atlantic. *Contexto Internacional*, 39(2), 351-371. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390200008>
- Yin, H. (2019). China rising and its changing policy on UN peacekeeping. En C. Coning y P. Mateja (Eds.), *United Nations Peace Operations in a changing global order* (pp. 253-276). Palgrave Macmillan.
- Yun, S. (2014). *Africa in China's foreign policy*. Brookings.
- Zerba, S. (2014). China's Libya evacuation operation: A new diplomatic imperative - overseas citizen protection. *Journal of Contemporary China*, 23(90), 1093-1112. <https://doi.org/10.1080/10670564.2014.898900>

Zürcher, C. (2019). *30 years of Chinese peacekeeping*. Centre for International Policy Studies.

Informação adicional

Cómo citar este artículo: Ziebell de Oliveira, G. y Pereira dos Santos Junior, L. H. (2025). A presença militar da China na África no século XXI. *Relaciones Internacionales*, 33(69), 212, <https://doi.org/10.24215/23142766e212>

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/26/265467005/265467005.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Guilherme Ziebell de Oliveira,
Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior
A presença militar da China na África no século XXI
China's military presence in Africa in the 21st century

Relaciones Internacionales
vol. 34, núm. 69, 2025
Universidad Nacional de La Plata, Argentina
revista@iri.edu.ar

ISSN: 1515-3371

ISSN-E: 2314-2766

DOI: <https://doi.org/10.24215/23142766e212>



CC BY-NC-SA 4.0 LEGAL CODE

**Licença Internacional Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-Compartilhamento Pela Mesma Licença.**